



Sancap Investimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 15.023.998/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Sancap Investimentos e Participações S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$451 milhões (31/12/2015 - R\$387 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2016 foi de R\$155 milhões (31/12/2015 - R\$68 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$589 milhões (31/12/2015 - R\$427 milhões). Desse montante, destacamos, R\$20 milhões (31/12/2015 - R\$8 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 3 de abril de 2017.

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Ajustado		Nota	31/12/2016	31/12/2015	Ajustado
Ativo Circulante		44.876	21.033		Passivo Circulante		137.137	40.682	
Caixa e Equivalente de Caixa	4&11.c	6	6		Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	7.b&11.c	137.005	35.803	
Aplicações Financeiras	5&11.c	19.992	8.008		Impostos a Pagar		11	4.848	
Rendidas a Receber	11.c	20.154	10.982		Contas a Pagar		71	31	
Créditos Tributários - Corrente	10.b	4.724	2.037		Patrimônio Líquido	7	451.547	386.672	
Ativo não Circulante		543.808	406.321		Capital Social		200.089	200.089	
Investimentos em Controladas ⁽¹⁾	6	543.786	406.310		Reservas ⁽¹⁾		234.167	217.601	
Créditos Tributários - Diferido	10	22	11		Ajustes de Avaliação Patrimonial		17.291	(31.018)	
Total do Ativo		588.684	427.354		Total do Passivo		588.684	427.354	

⁽¹⁾ Em 2015 as rubricas foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		135.089	22.624	162.497	(6.955)	-	313.255
Aumento de Capital	7.a	65.000	-	-	-	65.000	65.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial na Participação do Resultado Abrangente da Controlada		-	-	-	(24.063)	(24.063)	-
Lucro Líquido ⁽¹⁾		-	-	-	-	68.283	68.283
Destinações:							
Reserva Legal ⁽¹⁾	7.c	-	7.537	-	-	(7.537)	-
Dividendos	7.b	-	-	-	-	(35.803)	(35.803)
Reserva para Equalização de Dividendos ⁽¹⁾	7.d	-	-	24.943	-	(24.943)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		200.089	30.161	187.440	(31.018)	-	386.672
Ajustes de Avaliação Patrimonial na Participação do Resultado Abrangente da Controlada		-	-	-	48.309	-	48.309
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos		-	-	(100.000)	-	(100.000)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	155.421	155.421
Destinações:							
Reserva Legal	7.c	-	7.771	-	-	(7.771)	-
Dividendos	7.b	-	-	-	-	(26.855)	(26.855)
Juros sobre Capital Próprio	7.b	-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	7.d	-	-	108.795	-	(108.795)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		200.089	37.932	196.235	17.291	-	451.547

⁽¹⁾ Em 2015 as rubricas foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - 22º andar - Vila Olímpia - São Paulo - SP, é uma Sociedade Integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social exclusivo participar como sócia acionista ou quotista, do capital social de sociedades autorizadas a funcionar de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Estimativas Contábeis

Em função da atuação exclusiva da Sancap em atividade de holding da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) e da Evidence Previdência S.A. (Evidence), as demonstrações financeiras da Sancap foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, conforme Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Sancap é controlada pelo Banco Santander Brasil S.A. (Banco Santander), investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital Social da Sancap (Nota 7.a). O Banco Santander, foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.

Em 2015, a Administração da Sancap efetuou os ajustes necessários para adaptar as Demonstrações Financeiras da referida data base, de acordo com as práticas contábeis referenciadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP. Essa mudança impactou somente o reconhecimento do investimento na sua controlada Evidence, impactando as rubricas de investimento e resultado de equivalência patrimonial, com efeito retrospectivo de reclassificações entre o balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Resultado Abrangente e Mutação do Patrimônio Líquido com reflexos no Fluxo de Caixa e Nota de Investimento e Imposto de Renda e Contribuição Social, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), pronunciamento recepcionado pela SUSEP através da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015. Referidos ajustes não impactaram o Balanço Patrimonial de abertura de 1 de janeiro de 2015.

	Saldo Publicado	Saldo Ajustado
Balanço Patrimonial		
Ativo não Circulante		
Investimentos em Controladas	488.773	406.310
Patrimônio Líquido		
Reservas	300.064	217.601

	Saldo Publicado	Saldo Ajustado
Demonstração dos Resultados		
Resultado de Equivalência Patrimonial	155.293	72.830

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na reunião realizada em 3 de abril de 2017.

O resultado e a posição financeira da Sancap estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e em moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Estimativas Utilizadas

Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Sancap na elaboração das demonstrações financeiras. A Sancap faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos não financeiros; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis e os critérios de apuração utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados a data da aplicação e de atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria incluiu os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Contas a receber".

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivo financeiro ao custo amortizado; demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar"; e
- "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar".

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, subsequentemente são mensurados ao valor justo ou custo amortizados, dependendo da categoria.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo.

As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

d) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O imposto do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são

calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, e não classificados como não circulante. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

e) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes aos depósitos bancários (Nota 11.c).

	31/12/2016	31/12/2015
5. Aplicações Financeiras		
Composições:		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB ⁽¹⁾	19.992	8.008
Total (Nota 11.d)	19.992	8.008

⁽¹⁾ Classificados como ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado), com vencimento entre 15 de fevereiro e 21 de agosto de 2018.

6. Investimentos em Controladas

		31/12/2016		31/12/2015	
		Ações Ordinárias (Mil)	Participação Direta	Ações Ordinárias (Mil)	Participação Direta
Investimentos Controladas	Atividades				
Evidence ⁽¹⁾	Previdência	12.591.172	100,00%	12.591.172	100,00%
Santander Capitalização	Capitalização	64.614	99,99%	64.614	100,00%
					31/12/2016
		Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial
Controladas					
Evidence ⁽¹⁾		250.670	31.719	250.785	31.719
Santander Capitalização ⁽²⁾		293.001	124.412	293.001	124.532
Total		543.671	156.131	543.786	156.251
					31/12/2015
		Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial
Controladas					
Evidence ⁽¹⁾		217.639	(33.044)	217.760	(32.884)
Santander Capitalização ⁽²⁾		188.671	105.772	188.550	105.714
Total		406.310	72.768	406.310	72.830

⁽¹⁾ Em 23 de dezembro de 2015, foi aprovado em AGE o aumento do capital social da Evidence no montante de R\$65.000.

⁽²⁾ Durante o exercício de 2016, foram recebidos da controlada Santander Capitalização, Dividendos no montante de R\$35.982 (31/12/2015 - R\$70.560) e Juros sobre Capital Próprio no montante líquido de R\$19.952.

7. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, totalmente integralizado, está representado por 12.728.211 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliadas no país.

Em 23 de dezembro de 2015, o Banco Santander, detentor de 100% do capital social da Sancap, aumentou o capital social em R\$65.000, passando de R\$135.089 para R\$200.089, mediante emissão de 1.477.036.526 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 31 de dezembro de 2016, foram destacados dividendos, de acordo com o artigo 14 do Estatuto Social da Sancap, no montante de R\$26.855 (R\$2,109880 por lote de mil ações) correspondente ao exercício findo em dezembro de 2016.

Em 30 de novembro de 2016 foi aprovado a proposta de declaração e pagamento de Juros sobre Capital Próprio relativos ao período de janeiro à dezembro de 2016 no montante bruto de R\$12.000 (0,94227 por lote de mil ações), com pagamento em até 60 dias contados a partir de 30 de novembro de 2016, sendo o valor totalmente imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2016.

Em 18 de março de 2016, foi aprovada a proposta de destaque e pagamento de dividendos no valor de R\$100.000 (R\$7,85656 por lote de mil ações) com base na conta de Reserva para Equalização de Dividendos.

Em 31 de dezembro de 2015, foram destacados dividendos, de acordo com o artigo 14 do Estatuto Social da Sancap, no montante de R\$35.803 (R\$2,81288 por lote de mil ações) correspondente a totalidade do saldo remanescente do lucro apurado no exercício findo em dezembro de 2015, após a constituição da reserva legal. Pagos em 30 de março de 2016.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

Os montantes de reservas que excederem o capital social serão levados a conhecimentos dos acionistas para atendimento dos limites previstos no estatuto da Companhia em Assembleia Geral para deliberação.

8. Receitas Financeiras

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Juros de Aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB	2.225	412
Total	2.225	412

9. Despesas Administrativas

Em 2016 e 2015, refere-se a serviços técnicos especializados e de terceiros.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Diretores Executivos

Amancio Acurio Gouveia

Patrícia Martins de Freitas de Oliveira

CONTADOR

Sandro Costa - TC-CRC 1SP 182917/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Sancap Investimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sancap Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 ao resultado, ao resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do exercício findo nessa data. Os ajustes contábeis das demonstrações financeiras daquele exercício. O exame dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, antes dos ajustes contábeis descritos na Nota 2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 23 de março de 2016, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2, que foram efetuados para alterar os saldos em 31 de dezembro de 2015, apresentados como saldos de abertura no balanço patrimonial nessa data, demonstração de resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os seus aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha